



FERTILIZANTES

PL da mineração não suprirá desabastecimento

Enquanto o governo defende a exploração de potássio em terras indígenas, especialistas argumentam que o processo é demorado

» CRISTIANE NOBERTO
» FERNANDA STRICKLAND

» **Bolsonaro: "Só se índios concordarem"**

Sob a justificativa de um possível esgotamento no estoque de fertilizantes para a agricultura brasileira, o governo federal trabalha para acelerar a aprovação do Projeto de Lei (PL) 191/20, que regulamenta a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O texto tramita em caráter de urgência na Câmara dos Deputados e poderá ter seu desfecho até meados de abril, após a análise de um grupo de trabalho, ainda a ser definido.

O agro brasileiro tem uma dependência de 85% de adubos, que são importados. O principal argumento do presidente Jair Bolsonaro (PL) é de que, com o avanço da proposta, o Brasil poderia ser autossuficiente dos insumos que vêm de países europeus. A invasão da Rússia à Ucrânia expôs essa vulnerabilidade brasileira. O governo passou, então, a prever que os estoques de fertilizantes só durariam até outubro. Com isso, a proposta seria uma das respostas do governo à crise.

Contudo, a exploração de potássio não é um processo rápido. Segundo o ambientalista Charles Dayler, começar a produzir fertilizantes no país é um caminho lento. "Vai depender do tipo de material que vai minerar. A liberação para mineração não é como com outras licenças que têm que ser obtidas. Por exemplo, precisa da licença ambiental da Agência Nacional de Mineração (ANM), tem a questão do estado, se vai autorizar. Então, é um processo que ainda vai demorar muito tempo e não dá para fazer em sete meses", pontua.

Para Dayler, o Brasil não pode ficar dependente dessa lei. "Estamos falando de quase 80% dos fertilizantes que usamos, que vêm de fora do país. Temos que avançar a produção mineral no Brasil, porém, isso tem que ser feito de uma

O presidente Jair Bolsonaro garantiu no fim de semana que qualquer tipo de extração mineral em solo indígena apenas será feita com a "permissão dos índios". O chefe do Executivo acrescentou, contudo, não ter dúvida de que a população local deseja que a atividade seja efetuada em suas áreas. "Quero deixar bem claro: só será feito qualquer coisa em terra indígena se os indígenas assim concordarem. Estive lá na aldeia Flexal em Roraima, na (reserva) Raposa Serra do Sol. Pousei lá com o nosso helicóptero, e eles já sabiam do negócio (do projeto). São bem informados. E querem isso porque vão ganhar royalties em cima disso daí. Ou seja: o ser humano quer progredir", argumentou com jornalistas no sábado.

maneira bem trabalhada, porque a pressa pode levar à judicialização de vários outros questionamentos no futuro. Aí, em vez de acelerar o processo, pode retardar", argumenta.

Nessa linha, Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, afirma que o argumento do governo é "uma narrativa vergonhosamente falsa". Segundo a especialista, o potássio não existe apenas nos territórios indígenas e a grande maioria das áreas com potencial de exploração está em outros lugares. Mesmo assim, para começar a extração, é necessário alguns ritos, como a análise dos órgãos competentes das áreas de mineração e meio ambiente, a capacidade de implementação do empreendimento,

Vinicius Mendonça/Ibama



Atividade ilegal na terra indígena Munduruku, no Pará. Pelo PL, comunidades poderão receber compensação por exploração mineral

respeitando os dispositivos legais, entre outros.

"Além disso, nem sempre a exploração poderá ser autorizada. Registre-se que a maior parte das licenças ambientais relativas à mineração é tarefa dos órgãos estaduais do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente)", aponta Suely. "Em terras indígenas, se houvesse lei autorizando, o que não existe, a licença ambiental caberia ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Mas é importante enfatizar que seguir regras ambientais passa longe das preocupações do atual governo". Para ela, essa proposta atingirá direitos fundamentais dos povos indígenas assegurados pela Constituição e gerará um verdadeiro desastre socioambiental. "A lista de efeitos graves, irreversíveis, é bem grande", frisa.

Dados da plataforma Amazônia Minada, que monitora requerimentos de mineração em terras indígenas e unidades de conservação integral da Amazônia, registraram, até ontem, 3.562 pedidos ilegais. Segundo o levantamento, a área requerida é equivalente ao tamanho da Inglaterra. E as terras dos Yanomamis são as mais cobiçadas pelos garimpeiros. Só em 2022, o sistema detectou 21 requerimentos minerários em terras indígenas e 14 em Unidades de Conservação de proteção integral na Amazônia. A área equivale a 206.115 campos de futebol. Sobre minério ilegal, existem 1.233 pedidos para exploração em 49 UCs de proteção integral da Amazônia. A lei 9.985/00 proíbe qualquer tipo de atividade de mineradora nessas áreas. Os

dados são extraídos da ANM e, via de regra, o órgão não autoriza formalmente esses pedidos, mas eles ficam registrados no banco de dados.

Novos caminhos

Dalce Ricas, superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), afirma que se trata de uma segunda invasão às terras indígenas. "O mundo está indignado com a invasão da Rússia na Ucrânia, com toda razão, e estamos aqui assistindo a mais um forte capítulo de invasão dos territórios indígenas", observa.

De acordo com ela, haverá danos ambientais que serão causados à floresta, à fauna, à flora e aos rios. "Nós nunca aproveitamos a

oportunidade para repensar as coisas, porque essa seria uma oportunidade de pensar na dependência de potássio, até nesse modelo de agricultura que nós adotamos, que é à base de fertilizantes. Será que não teriam outros caminhos?", questionou.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o potássio na Amazônia se encontra em condições de difícil extração. "Mesmo que aprovada (a proposta), a viabilidade desse empreendimento teria altos custos logísticos e operacionais e seu custo poderia ser ainda maior do que sua importação. Se a proposta fosse aprovada agora, levaria anos até a exploração das jazidas. Além de tudo, poderia aumentar mais ainda os conflitos territoriais", sustenta a entidade.

» Ponto a ponto | CACIQUE RAONI METUKTIRE | LÍDER INDÍGENA

"Nunca aceitarei derrubar a floresta"

O cacique Raoni Metuktire é uma das mais antigas lideranças indígenas do Brasil. Aos 91 anos, o caiapó presenciou diversas mudanças no país. A mais recente delas, a pandemia da covid-19, o afetou diretamente. O indígena contraiu a doença em 2020 e tem sequelas como dificuldade de respirar e dores no corpo. Sua esposa, Bekywiká Metuktire, morreu em junho de 2020, em decorrência de problemas de saúde. Desde então, o cacique vive o luto da partida. O período deve acabar este ano e o líder já tem planos de vir a Brasília para discutir a situação dos povos originários.

Raoni vive na aldeia Metuktire na Terra Indígena Kapoto Jarina, que fica às margens do rio Xingu, ao norte de Mato Grosso. Em vídeo enviado à reportagem, por meio de integrantes do Instituto Raoni, o cacique critica a falta de cuidados com os indígenas por parte do governo e diz que virá à capital para conversar com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto

Xavier da Silva. "Vou pegar a orelha dele para falar, para ver se ele me ouve", disse o líder indígena. Raoni ainda ressaltou a importância de se preservar o meio ambiente e enviou um recado sobre a proteção aos indígenas.

Confira um ponto a ponto dos temas abordados no vídeo enviado ao Correio:

Pandemia

Eu vou contar isso para todos vocês ouvirem: O nosso governo não está melhorando nosso atendimento. Morreu muita gente. Fiquei muito triste. Já estou me recuperando da minha tristeza. O atendimento da saúde à população indígena não é bom aqui. Estou contando isso para vocês ouvirem. Há muito tempo, quando fui ao que se chamava CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Funai (finalizada em 2017), éramos bem atendidos. Os doutores chegavam na aldeia, davam o tratamento e voltavam. Os governos anteriores trabalhavam muito bem. Eu

gostava dos trabalhos deles. Eu chegava e entrava no gabinete deles para tratarmos os assuntos. Naquele tempo, a Funai tratava (os povos originários) e nos recebia muito bem. Mas, agora não tem mais, acabou tudo. A Funai está sumindo. Hoje, a Funai não está mais gostando de nós. Não quer mais saber de nós. O presidente da Funai não está mais gostando de nós. Ele não quer saber de nós. Eu estou vendo isso. Assim que eu sair do luto, vou chegar nele, pegar a orelha dele para falar e ver se ele me ouve. É isso. Eu estou planejando assim. Sim, todos nós temos ouvidos para escutar a cabeça e colocar as ideias.

Meio ambiente

Vou falar mais uma vez, para vocês ouvirem: Eu vim falando muitas vezes para vocês sobre a floresta (Amazônia), para manter a floresta para termos a sombra. Isso eu já vim falando muitas vezes para vocês. Vocês estão querendo derrubar essa

pequena floresta onde eu estou. Estou planejando destruir, eu não gostei disso. Nunca vou aceitar. Vocês podem estar vendo, agora, as consequências do calor e isso vai piorar, vai ficar muito quente e vai ter forte ventania. Ainda será maior e atingirá todo mundo. Esses acontecimentos estão previstos. Foi mostrado para mim e eu vi. Por isso que eu venho falando a vocês.

Sociedade civil

Sempre venho falando para vocês para sermos amigos. Era isso. A floresta tem que permanecer. Essa pequena floresta tem que continuar a permanecer. Espero que os meus netos sejam fortes e que tenham pensamentos positivos para defender. Defender como eu. Eu ouvi dizer que vão derrubar essa floresta. Eu não gostei. Eu estou falando aqui para todos vocês ouvirem. Vocês têm que ouvir: Raoni está falando a verdade. (CN)

Instituto Raoni/Reprodução



O presidente da Funai não está mais gostando de nós. Ele não quer saber de nós. Eu estou vendo isso (...) Vou chegar nele, pegar a orelha dele para falar e ver se ele me ouve"